JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.08.09 06:24:42 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 9 de agosto de 2023 • Nº 1619 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CONGRESSO

Lula quer tirar da meta fiscal até R$ 5 bi do PAC

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propôs ao Congresso Nacional uma mudança legal para poder descontar da meta fiscal até R$ 5 bilhões em despesas de estatais federais do novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). A sugestão foi encaminhada por meio de uma mensagem modificativa -isto é, uma alteração feita pelo próprio governo na proposta original- ao PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024. O texto diz que o valor pode ser abatido da meta de déficit primário relativa ao Programa de Dispêndios Globais, que reúne empresas estatais não dependentes controladas diretamente pela União. Na prática, a medida ajuda o ministro Fernando Haddad (Fazenda) a cumprir mais facilmente ao objetivo de zerar o déficit primário no ano que vem. PÁGINA 2

SÃO PAULO

MP se cala sobre falta de câmeras em ação da PM

O Ministério Público de São Paulo, um dos órgãos responsáveis pela investigação das 16 mortes durante a Operação Escudo, em Guarujá e Santos, no litoral paulista, se calou diante da informação de que menos da metade dessas ocorrências de homicídio foram registradas por câmeras acopladas aos uniformes dos policiais militares. A reportagem tenta um pronunciamento da Promotoria desde a noite desta segunda-feira passada, mas sem retorno. Em um primeiro momento, após pedido por e-mail, não houve resposta. Em uma segunda tentativa, novamente por e-mail, na manhã desta terça-feira, a reportagem solicitou entrevista com o procurador-geral Mario Luiz Sarrubbo -- ou com outro promotor envolvido com a apuração--, para falar de que maneiras a ausência de câmeras prejudica a investigação. A resposta foi a de que o órgão "não está concedendo entrevistas". PÁGINA 3

CÚPULA

Líderes amazônicos fecham acordo sem descartar petróleo

RICARDO STUCKERT/PR

Após dias de protestos e falas incisivas da sociedade civil pedindo o banimento à exploração de petróleo na Amazônia, o texto final do evento entre os chefes de Estado do bioma não menciona o termo combustíveis fósseis, como antecipado pela Folha de S.Paulo. Batizado de Declaração de Belém, o documento foi publicado ontem, após uma reunião a portas fechadas. O texto menciona quatro vezes o objetivo de se evitar o ponto de não retorno da floresta amazônica, ou seja, limitar o desmate em até cerca de 20% do bioma, impedindo um processo irreversível de desertificação que levaria à perda das características da floresta tropical. No entanto, o documento não traz metas ou prazos para a conservação florestal e o combate ao desmatamento. PÁGINA 3

PANDEMIA

Para ajudar Bolsonaro, Tarcísio quer perdoar multas

PÁGINA 3

BALANÇO

Eletrobras lucra R$ 1,6 bi no segundo trimestre

PÁGINA 2

ORÇAMENTO

Mínimo pode subir para R$ 1.421 em 2024

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê que o valor do salário mínimo deva alcançar R$ 1.421 no ano que vem, segundo interlocutores do governo ouvidos pela reportagem. A cifra segue a fórmula de correção da política de valorização proposta pelo Executivo, que inclui reajuste pela inflação do ano anterior mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes (neste caso, a alta de 2,9% observada em 2022). O dado baliza as contas da proposta de Orçamento 2024, que será enviada pelo governo até 31 de agosto. PÁGINA 2

ATAQUES GOLPISTAS

LULA MARQUES/ABRASIL

Relatora da CPMI do 8/1 vai pedir acareação entre Torres e delegado

A relatora da CPMI do 8 de janeiro, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), disse que vai pedir uma acareação entre o ex-ministro Anderson Torres (**foto**) e o ex-superintendente da Polícia Federal na BA Leandro Almada. Os 2 se encontraram 5 dias antes do 2º turno das eleições de 2022 e deram versões diferentes sobre a reunião. Em depoimento à PF sobre a suspeita de que a PRF (Polícia Rodoviária Federal) tenha agido para impedir a chegada de eleitores petistas às urnas, Almada afirmou que Torres pediu para que a PF também participasse das blitzes. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: -0,24% / 119.090,24 / -289,26 / Volume: R$ 22.061.818.313 / Negócios: 3.468.842

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
BBSEGURIDADEON NM	32.05	–0.65	–0.21
EMBRAER ON ATZ NM	18.03	+0.84	+0.15
DEXCO ON NM	9.00	–5.36	–0.51
ULTRAPAR ON NM	19.29	+0.16	+0.03
ASSAI ON NM	14.120	+1.80	+0.250

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MELIUZ ON NM	8.540	–3.39	–0.300
CVC BRASIL ON NM	2.88	–0.69	–0.02
IRBBRASIL REON NM	38.86	–1.62	–0.64
LOJAS RENNERON NM	19.15	+0.79	+0.15
JBS ON NM	19.47	+0.10	+0.02

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	67.46	–0.65	–0.44
PETROBRAS PN N2	30.22	+0.10	+0.03
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	27.60	–0.22	–0.06
BRADESCO PN EJ N1	15.41	+0.46	+0.07
ASSAI ON NM	14.120	+1.80	+0.250

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	35.314,49	-0,45
NASDAQ Composite	13.884,323	-0,79
Euro STOXX 50	4.288,43	-1,14
CAC 40	7.269,47	-0,69
FTSE 100	7.527,42	-0,36
DAX 30	15.774,93	-1,10

Salário mínimo	R$ 1.320,00	**IGP-M**	-0,72% (jul.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	-0,07% (jul.)	Compra: 5,4080	Venda: 5,5880
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(02/08)	13,25%	(02/08)	13,15%	Compra: 4,9217	+0,42%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(08/08)	0,6559%	BM&F/grama	R$ 304,40	Compra: 4,8970	Venda: 4,8976
TR (prefixada)		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(08/08)	0,1551%	Compra: 5,3659	Venda: 5,3665	Compra: 4,9051	Venda: 5,0851

Economia

MERCADOS

Bolsa cai após ata do Copom e com aversão ao risco no exterior

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) caiu ontem e chegou a operar no patamar dos 117 mil pontos na mínima do dia, em meio a um ambiente global de aversão ao risco. O Ibovespa (Índice Bovespa) também foi pressionado pela divulgação da ata da última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), que mostrou uma decisão unânime de manter o ritmo de corte de juros em 0,5 ponto, reduzindo apostas de reduções mais agressivas.

Já o dólar manteve-se estável no Brasil e subiu no exterior apoiado justamente pelo pessimismo internacional. A moeda americana também teve ganhos firmes ante as demais divisas de países emergentes ou exportadores de commodities.

Nesse cenário, o Ibovespa caiu 0,24%, aos 119.090 pontos, enquanto o dólar teve leve alta de 0,05%, praticamente estável cotado a R$ 4,897.

No Brasil, investidores reagiam à divulgação da ata do Copom. O documento apontou que os diretores do BC concordaram de forma unânime em manter o ritmo de corte de juros em 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões, sem sinalizações de um aumento na magnitude das reduções da Selic.

Nos mercados de juros futuros, as curvas registravam queda e endossaram apostas de que cortes maiores da Selic são possíveis. Os contratos com vencimento em janeiro de 2024 foram de 12,48% para 12,45%, enquanto os para 2025 caíram de 10,53% para 10,44%.

Mesmo assim, a Bolsa brasileira registrava mais um dia de queda, puxada, ainda, pelo declínio das commodities. Fortes perdas de 0,78% das ações da Vale e de 2,80% da Gerdau pressionaram o Ibovespa, em linha com o preço do minério de ferro no exterior e os dados decepcionantes da China.

As maiores baixas, no entanto, continuam sendo das "small caps", empresas menores e mais sensíveis à economia doméstica. Petz, Dexco e Méliuz registraram quedas de 5,66%, 5,57% e 3,39%, e o índice que reúne essas companhias caiu 0,14%.

O setor financeiro no Brasil também teve um dia negativo. O Itaú caiu 0,93% após ter divulgado seu balanço do segundo trimestre, que apontou alta no lucro, mas manutenção dos níveis de inadimplência. Na mesma linha, o Banco do Brasil fechou em queda de 0,61%.

Na ponta positiva, uma virada das ações da Petrobras atenuou a queda do Ibovespa. A companhia começou a sessão em queda, mas recuperou-se ao longo do dia acompanhando os preços do petróleo no exterior, fechando em alta de 0,13%. Além disso, as ações do Bradesco foram na contramão do setor financeiro: tiveram alta de 0,52% e ficaram entre as mais negociadas da sessão.

BALANÇO

Eletrobras tem lucro de R$ 1,6 bilhão no segundo trimestre

A Eletrobras registrou lucro de R$ 1,6 bilhão no segundo trimestre de 2023, alta de 16% em relação ao mesmo período do ano anterior, com reversão de provisões para perdas relacionadas a empréstimos compulsórios.

Privatizada há cerca de um ano, a companhia vem renegociando as dívidas desses empréstimos, criados pelo governo federal nos anos 1960 para bancar investimentos no setor elétrico brasileiro e depois contestados por grandes empresas.

No segundo trimestre, a empresa reverteu R$ 1,4 bilhão em provisões para essa rubrica por avanços em acordos judiciais para o pagamento dos empréstimos. Desde que começou as negociações, diz a empresa, as provisões já caíram em R$ 3,7 bilhões.

No segundo trimestre, a receita da Eletrobras cresceu 5%, para R$ 11 bilhões. O Ebitda, indicador que mede a geração de caixa, cresceu 59%, para R$ 6,6 bilhões, com influência da reversão das provisões.

Em nota, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, destacou que a empresa venceu no trimestre leilão para a construção de linhas de transmissão e lançou um novo plano de demissão voluntária, com 1.475 inscritos e previsão de economia de R$ 688 milhões.

"Esperamos, com este robusto conjunto de ações de transformação, resultados cada vez mais significativos, com disciplina financeira, eficiência operacional e compromisso Net Zero de redução de emissões", afirmou.

Maior empresa de energia do país, a Eletrobras registrou queda de 22% no volume gerado, reflexo da privatização e da separação do complexo nuclear de Angra dos Reis. No segundo trimestre, a Eletrobras gerou 83,1 GWh (gigawatts-hora).

Os investimentos também caíram em relação ao mesmo período do ano anterior, chegando a R$ 1,4 bilhão, queda de 46%. O volume representa 85% do orçado pela companhia para o trimestre.

Neste momento, diz a empresa, estão em construção dois empreendimentos que adicionarão cerca de 330 MW (megawatts) à capacidade instalada da Eletrobras entre 2023 e 2024: Parque Eólico Coxilha Negra, no Rio Grande do Sul, Usina Eólica de Casa Nova B, na Bahia.

CONGRESSO

Governo quer tirar da meta fiscal até R$ 5 bi do novo PAC

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propôs ao Congresso Nacional uma mudança legal para poder descontar da meta fiscal até R$ 5 bilhões em despesas de estatais federais do novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

A sugestão foi encaminhada por meio de uma mensagem modificativa -isto é, uma alteração feita pelo próprio governo na proposta original- ao PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024.

O texto diz que o valor pode ser abatido da meta de déficit primário relativa ao Programa de Dispêndios Globais, que reúne empresas estatais não dependentes controladas diretamente pela União.

Na prática, a medida ajuda o ministro Fernando Haddad (Fazenda) a cumprir mais facilmente ao objetivo de zerar o déficit primário no ano que vem. A meta das estatais é de déficit de até R$ 7,3 bilhões.

Com a mudança, a despesa do PAC, que no cenário atual contribuiria para piorar o resultado das contas das estatais, fica de fora dessa balança, até o limite de R$ 5 bilhões. O projeto original já excluía do cálculo as despesas de empresas do Grupo Petrobras e da ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional).

O governo justificou a mudança na contabilidade da meta das estatais "tendo em vista a flexibilidade na execução desses investimentos e sua importância para o desenvolvimento econômico e social do País".

O novo PAC deve ser lançado por Lula na próxima sexta-feira. A previsão do governo é que o programa reúna R$ 60 bilhões em investimentos por ano.

A mensagem modificativa com as alterações é assinada pelo presidente Lula e pela ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e foi enviada na noite de segunda-feira passada ao Legislativo. Seu conteúdo deve ser analisado pelo relator, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE).

A LDO é o documento que norteia a elaboração da proposta de Orçamento. A peça para 2024 será enviada até 31 de agosto.

Para cumprir a meta de zerar o déficit, o governo calcula precisar lançar mão de medidas para elevar a arrecadação em cerca de R$ 130 bilhões no ano que vem. Economistas e membros do Congresso têm apontado as dificuldades para aprovar todo esse pacote.

O expediente de descontar despesas das metas de resultado primário já foi utilizado em gestões anteriores do PT, sob fortes críticas de especialistas, que viam no instrumento uma espécie de "contabilidade criativa" para alcançar resultados positivos nas contas.

Ainda no segundo mandato de Lula, a LDO de 2008 previa uma meta de superávit primário de 3,8% do PIB (Produto Interno Bruto) para o setor público consolidado (que inclui também estados e municípios), mas com possibilidade de abater da meta até R$ 13,825 bilhões (em valores históricos) do então Projeto Piloto de Investimentos Públicos -embrião do PAC.

Nos anos seguintes, o valor de desconto foi ampliado. Na LDO de 2009, o governo tinha autorização para descontar até R$ 28,5 bilhões do programa de investimentos, já batizado de PAC na ocasião.

No governo Dilma Rousseff (PT), o expediente foi mantido seguindo a mesma lógica, até que uma mudança na LDO de 2014 aboliu o valor limite, passando a permitir o abatimento de todas as despesas do PAC da meta fiscal.

Técnicos que acompanham de perto as contas públicas viram a mudança proposta pelo governo atual com espanto, uma vez que a chamada "contabilidade criativa" que ajudou a dilapidar a credibilidade fiscal do governo Dilma começou com manobras que desmoralizaram a meta de resultado primário.

ORÇAMENTO

Governo Lula prevê salário mínimo de R$ 1.421 em 2024

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê que o valor do salário mínimo deva alcançar R$ 1.421 no ano que vem, segundo interlocutores do governo ouvidos pela reportagem.

A cifra segue a fórmula de correção da política de valorização proposta pelo Executivo, que inclui reajuste pela inflação do ano anterior mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes (neste caso, a alta de 2,9% observada em 2022).

O dado baliza as contas da proposta de Orçamento 2024, que será enviada pelo governo até 31 de agosto.

Hoje, o piso nacional é de R$ 1.320, após Lula conceder um reajuste adicional a partir de 1º de maio. O petista prometeu, ainda na campanha eleitoral, retomar a política de valorização do mínimo que vigorou em gestões anteriores da sigla no Palácio do Planalto.

O valor final do salário mínimo pode sofrer variações até 1º de janeiro de 2024, quando entrará em vigor, principalmente se houver aceleração ou perda de ritmo da inflação. Hoje, a estimativa do governo é que o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) tenha alta de 4,48% em 2023.

Ao enviar o PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, em abril, o governo considerava um piso de R$ 1.389 -calculado a partir de uma inflação de 5,2%, mas sem incorporar a política de valorização, cujo projeto foi encaminhado no início de maio.

Ao enviar a proposta, o Executivo estimou um custo adicional de R$ 18,1 bilhões no ano que vem para bancar o reajuste extra. Mais da metade das despesas federais é influenciada pela dinâmica do piso nacional.

Segundo informações do PLDO, cada R$ 1 a mais de reajuste no salário mínimo leva a uma ampliação de R$ 3,9 bilhões nas despesas com benefícios equivalentes ao piso, sem considerar aqueles com valor acima de um salário mínimo.

O projeto de lei enviado pelo governo ainda precisa ser votado pelo Congresso, mas o governo já pode considerá-la na formulação da proposta orçamentária. Além disso, na ausência de uma política específica para esse tema, o chefe do Executivo tem autonomia para propor um reajuste maior do que a inflação, desde que haja recursos disponíveis.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, a política de valorização do salário mínimo pode dificultar o cumprimento das metas do arcabouço fiscal desenhado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) nos próximos anos.

É possível que o salário mínimo avance num ritmo mais célere do que a regra geral das despesas, o que tem sido apontado por economistas como uma incongruência entre políticas.

A medida deve custar R$ 82,4 bilhões entre 2024 e 2026, segundo estimativa do governo. O impacto será crescente: R$ 25,2 bilhões em 2025 e R$ 39,1 bilhões em 2026.

A proposta de Lula resgata a fórmula já usada em gestões petistas: reajuste pela inflação mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes.

Já a regra fiscal diz que o limite de despesas cresce o equivalente a 70% da alta real das receitas (que está diretamente ligada ao ritmo da atividade econômica), respeitando um teto de alta real de 2,5% ao ano.

No ano que vem, já se sabe que o ganho real do salário mínimo vai superar o limite de crescimento das despesas, uma vez que o percentual é maior do que o teto de 2,5%.

No futuro, em um cenário de aceleração do PIB, como é almejado por Lula, o descompasso entre a correção do piso nacional e a regra fiscal pode ficar ainda mais evidente, dado que o crescimento dos salários e benefícios continuaria ultrapassando a correção do limite.

Quando uma despesa cresce de forma mais acelerada do que a ampliação do teto em si, outros gastos precisam compensar esse movimento -ou seja, eles ficam com um espaço proporcionalmente menor no Orçamento.

BANCO CENTRAL

Diretor fala em confiança maior para ampliar redução dos juros

O diretor de Política Econômica do Banco Central, Diogo Abry Guillen, afirmou ontem que o início do ciclo de corte da taxa básica de juros, a Selic, ocorreu após a autoridade monetária atingir a confiança necessária para a medida.

Guillen disse que corroboraram para isso a melhora consistente na dinâmica inflacionária, a manutenção da meta da inflação, que deu credibilidade para o novo regime metas, com uma reancoragem das expectativas do mercado quanto à meta da inflação, além da queda das taxas de juros futuros.

O diretor do BC afirmou, contudo, que, para intensificar o corte da taxa em um nível maior do que 0,5 ponto percentual do último corte, é preciso confiança ainda maior nos indicadores macroeconômicos.

Guillen citou a persistência em nível elevado da inflação de serviços e dos núcleos da inflação, ou seja, dos itens cujos preços são menos sensíveis à volatilidade do mercado, como motivos para uma manutenção de uma política monetária mais contracionista.

"Temos compromisso com o atingimento da meta (da inflação)", afirmou Guillen durante a TAG Summit 2023, que reuniu investidores em São Paulo. A meta para 2023 é de 3,25%, com uma tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite da meta para este ano é de 4,75%.

Guillen expôs alguns dados durante sua exposição para mostrar como o Brasil está em sintonia com uma tendência mundial. "O grande aperto monetário está perto do máximo globalmente", analisou.

No exterior, o diretor ainda observa uma resistência dos núcleos da inflação e dos preços no setor de serviços, que se mantêm elevados, embora tenha reconhecido que esteja havendo uma desaceleração. Segundo Guillen, a normalização da cadeia de suprimentos colabora para isso.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 25º 16º 95% 06:35 17:46 **INVERNO:** Sol com pancadas de chuva a qualquer hora do dia e da noite.

CÚPULA

Líderes amazônicos fecham acordo sem descartar petróleo

Após dias de protestos e falas incisivas da sociedade civil pedindo o banimento à exploração de petróleo na Amazônia, o texto final do evento entre os chefes de Estado do bioma não menciona o termo combustíveis fósseis, como antecipado pela Folha de S.Paulo. Batizado de Declaração de Belém, o documento foi publicado ontem, após uma reunião a portas fechadas.

O texto menciona quatro vezes o objetivo de se evitar o ponto de não retorno da floresta amazônica, ou seja, limitar o desmate em até cerca de 20% do bioma, impedindo um processo irreversível de desertificação que levaria à perda das características da floresta tropical.

No entanto, o documento não traz metas ou prazos para a conservação florestal e o combate ao desmatamento.

A meta de desmatamento zero, defendida pelo Brasil e pela Colômbia, também fica de fora das decisões. O termo é mencionado no preâmbulo apenas como "um ideal a ser alcançado na região".

Entre os parágrafos da decisão, a questão volta a aparecer como uma das opções de metas nacionais a serem apoiadas pela cooperação regional.

Em uma das poucas mudanças na linguagem do texto, houve um pequeno avanço na única menção do documento ao setor de combustíveis fósseis.

"Iniciar um diálogo entre os Estados Partes sobre a sustentabilidade de setores tais como mineração e hidrocarbonetos na região amazônica, no marco da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e de suas políticas nacionais soberanas", diz a Declaração de Belém.

O rascunho do último domingo responsabilizava apenas atores privados, prevendo "exortar os atores envolvidos no ciclo de vida de minérios e hidrocarbonetos a alinhar suas práticas à Agenda 2030".

O documento mantém o teor do rascunho acessado pela reportagem no último final de semana, antes da conclusão dos Diálogos Amazônicos, que reuniu ONGs e movimentos sociais nos três dias anteriores à Cúpula sob a promessa do governo federal de considerar reivindicações populares na reunião de chefes de Estado.

A Cúpula começou ainda pela manhã, com uma abertura oficial com discursos das autoridades e representantes da sociedade civil.

A fala mais impactante foi a do presidente colombiano, Gustavo Petro, que aproveitou a oportunidade para jogar luz sobre os dissensos em torno do encontro - em especial sobre o fim do petróleo na Amazônia, defendido publicamente por ele e rejeitado pelo presidente Lula (PT).

CONGRESSO

Relatora da CPMI do 8/1 vai pedir acareação entre Torres e delegado

A relatora da CPMI do 8 de janeiro, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), disse que vai pedir uma acareação entre o ex-ministro da Justiça Anderson Torres e o ex-superintendente da Polícia Federal na Bahia Leandro Almada.

Os dois se encontraram cinco dias antes do segundo turno das eleições presidenciais e deram versões diferentes sobre a reunião.

Em depoimento à PF sobre a suspeita de que a PRF (Polícia Rodoviária Federal) tenha agido para impedir a chegada de eleitores petistas às urnas, Almada afirmou que Torres pediu para que a PF também participasse das blitzes.

Já Torres disse à comissão ontem que foi à Bahia para visitar a reforma da superintendência da PF a convite do então diretor-geral da corporação, Márcio Nunes.

Segundo ele, as eleições foram discutidas de maneira lateral porque Almada relatou as dificuldades enfrentadas pela PF para cuidar de todos os municípios baianos durante o pleito.

"Nós conversamos também que, da mesma forma que no Rio de Janeiro, na Bahia circulavam vídeos pela Internet onde uma suposta organização criminosa dizia que tinha o controle sobre um determinado número de eleitores", declarou o ex-ministro da Justiça.

"Ele (Almada) também disse que estava apurando isso, disse que o próprio presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) da Bahia havia pedido isso para ele também. Enfim, nós conversamos sobre isso, visitamos a obra e voltamos para Brasília."

Eliziane reforçou que Almada deixou claro em seu depoimento que a reunião com Torres e Nunes, agendada em cima da hora, "não foi apenas uma visita a órgãos em construção da Polícia Federal".

"Quando houve a reunião na Bahia e o ponto específico daquela reunião relatado pelo Almada no depoimento à Polícia Federal é de que foi o debate acerca dos pontos de votação, sobretudo os pontos onde o então candidato à presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva teria proeminência maior de votos."

Questionado pela relatora durante o depoimento sobre a possibilidade de acareação, Torres disse que não teria "problema" enfrentar acareação com ninguém.

"Nós não fizemos isso, senadora (tentamos interferir no segundo tuno). Não houve uma orientação para a Polícia Federal deixar de fazer o trabalho dela. Não houve nada nesse sentido, principalmente uma determinação. Não houve, não houve", afirmou.

SÃO PAULO

MP se cala sobre ausência de câmeras em ação da PM na Baixada Santista

O Ministério Público de São Paulo, um dos órgãos responsáveis pela investigação das 16 mortes durante a Operação Escudo, em Guarujá e Santos, no litoral paulista, se calou diante da informação de que menos da metade dessas ocorrências de homicídio foram registradas por câmeras acopladas aos uniformes dos policiais militares.

A reportagem tenta um pronunciamento da Promotoria desde a noite desta segunda-feira passada, mas sem retorno. Em um primeiro momento, após pedido por e-mail, não houve resposta.

Em uma segunda tentativa, novamente por e-mail, na manhã desta terça-feira, a reportagem solicitou entrevista com o procurador-geral Mario Luiz Sarrubbo --ou com outro promotor envolvido com a apuração--, para falar de que maneiras a ausência de câmeras prejudica a investigação. A resposta foi a de que o órgão "não está concedendo entrevistas".

No domingo passado, a Promotoria publicou em seu portal uma nota em que confirmou ter recebido imagens gravadas pelas câmeras corporais utilizadas pelos PMs. Disse ainda que aguardava o envio de outros dados e que a Polícia Militar colaborava para o esclarecimento dos fatos.

Imagens de sete ocorrências foram enviadas ao Ministério Público. Segundo a SSP (Secretaria da Segurança Pública), das 16 ocorrências letais, 6 envolveram policiais de batalhões que não dispõem desse tipo de equipamento. Ainda segundo a pasta, em outros três casos houve falhas nas câmeras ou na decodificação dos arquivos. Não há, portanto, gravações disponíveis de 9 dos 16 homicídios.

A informação que apenas sete dos casos têm imagens disponíveis foi publicada inicialmente pela CNN e depois confirmada pela SSP.

De acordo com o coronel da PM Pedro Lopes, chefe da assessoria militar da SSP do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos), todos os pedidos feitos pelo Ministério Público foram atendidos.

Nota

MARCO TEMPORAL ENTRA NA PAUTA DE COMISSÃO DO SENADO

O projeto do marco temporal foi colocado na pauta de discussão da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado para esta quarta-feira, com relatório favorável da senadora Soraya Thronicke (Podemos-MT), que preside o grupo. O texto, aprovado na Câmara no fim de maio, muda as regras para demarcação de terras indígenas no país, ao estabelecer um marco temporal para isso. Considera que é de direito dos indígenas os territórios ocupados povos na data da promulgação da Constituição Federal de 1988, em 5 de outubro de 1988. A proposta é defendida por ruralistas e duramente criticada por ambientalistas e movimentos indígenas.

GOIÁS

Helicóptero da Marinha cai durante exercício e mata 2

Um helicóptero da Marinha do Brasil caiu durante a execução de exercícios militares em Formosa (GO). Ao menos dois militares morreram na ocasião.

A aeronave UH-15 Super Cougar, pertencente ao 2º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral, participava de um exercício quando o acidente ocorreu.

Dois militares foram declarados mortos no local, segundo a Marinha. Ao menos duas pessoas foram encaminhadas ao Hospital das Forças Armadas, e outras quatro, ao Hospital Regional de Formosa.

De acordo com o Corpo de Bombeiros, a aeronave transportava 14 tripulantes. "Não há maiores informações devido à dificuldade de comunicação no local", completou a corporação à reportagem.

A Marinha informou que a "Comissão de Investigação de Acidente Aeronáutico iniciou os procedimentos para apurar as causas e circunstâncias do ocorrido" e disse prestar apoio aos militares e familiares envolvidos no acidente.

O helicóptero é um dos utilizados na defesa da Amazônia pela iniciativa Amazônia Azul.

O UH-15 Super Cougar UH225M é um helicóptero multimissão que participa de missões e operações da Marinha, bem como em apoio em desastres naturais e no transporte de urnas eletrônicas "aos mais diversos rincões do país para as eleições", diz a força em sua página oficial.

O helicóptero é utilizado em tarefas associadas ao apoio de operações especiais, operações terrestres de caráter naval, além de atividades benignas e de emprego limitado da força, como evacuação aeromédica, busca e salvamento, transporte aéreo logístico e combate a incêndio.

A aeronave foi a primeira a ter todas as etapas de montagem no país, segundo a Marinha. Sua fabricante é a empresa Helibras, localizada em Itajubá (MG).

PANDEMIA

Para ajudar aliado Bolsonaro, Tarcísio avalia perdoar multas

O Governo de São Paulo avalia perdoar as multas aplicadas durante a pandemia. A medida valerá para as infrações de caráter educativo e não arrecadatório.

Se a medida entrar em vigor, um dos beneficiários será o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que têm sete infrações em aberto com a Secretaria da Saúde do estado.

Em nota, o governo Tarcísio afirmou que está avaliando a possibilidade de enviar o projeto a respeito da anistia às multas aplicadas durante o estado de emergência em saúde.

Em 2021, na gestão do então governador João Doria, o ex-presidente foi autuado por não usar máscara de proteção facial contra a Covid-19 durante eventos em São Paulo, como motociatas que ele promovia pelo estado.

Com autuações acumuladas no estado, Bolsonaro pode ter que pagar um total de R$ 1 milhão por todas as infrações.

RECADO A TARCÍSIO

Cidade de SP já adota apostila nas escolas, mas mantém livro didático

A cidade de São Paulo já adota um sistema de apostilas padronizadas para os alunos das escolas municipais, mas não abriu mão da utilização dos livros didáticos, diferentemente do que o governo paulista fará nos colégios estaduais. As apostilas das escolas da capital começaram a ser utilizadas em 2017 e são produzidas pela Secretaria Municipal de Educação com um conteúdo complementar ao dos livros didáticos comprados por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do MEC (Ministério da Educação). As apostilas têm, inclusive, sugestões de como fazer uma conexão entre aquele material e o oferecido pelos livros didáticos.

Já o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos), conforme a Folha de S.Paulo mostrou, vai abandonar por completo os livros didáticos, abrindo mão dos recursos do PNLD, cerca de R$ 200 milhões considerando o fundamental 2 (6º a 9º ano) e o ensino médio. Em um primeiro momento, o secretário da Educação do Estado, Renato Feder, afirmou que, a partir de 2024, os alunos do fundamental 2 e do médio teriam apenas conteúdos digitais produzidos pelo governo, e não mais o livro ou qualquer outro material impresso.

Com a forte reação negativa de educadores e com a abertura de um inquérito civil pelo Ministério Público, o governador Tarcísio de Freitas recuou desse modelo 100% digital e, no último sábado, anunciou que iria imprimir apostilas para todos os alunos da rede.

Na segunda-feira passada, Feder reuniu jornalistas para dizer que as apostilas impressas são preferíveis aos livros porque "o aluno pode riscar, fazer anotações". Ele se referia ao fato de os livros didáticos do PNLD terem de ser reaproveitados durante quatro anos, o que economiza recursos públicos e é mais sustentável. Nem Feder nem Tarcísio deixam claro qual será o custo da produção e da impressão do material. Entre os argumentos dados por Feder para adotar uma apostila padronizada, e não mais deixar que as escolas escolham diferentes livros didáticos, está o da facilidade de formar professores e de aplicar as mesmas provas para todos os alunos. O modelo da capital paulista, chamado de Caderno da Cidade, aponta, no entanto, para uma conciliação entre esses benefícios da apostila única com os do pluralismo da adoção de diferentes livros didáticos.

"A apostila não compete com o livro didático, ela é complementar. Nós não abrimos mão do livro didático porque ele é um recurso muito importante", disse à Folha de S.Paulo Alexandre Schneider, que foi secretário de educação da cidade de São Paulo de 2017 a 2019, responsável pela adoção das apostilas nas escolas da rede municipal.

"Os professores participaram da construção desse currículo. Além das apostilas para os alunos, o modelo conta com material de apoio e formação para os professores e coordenadores pedagógicos", explicou. "Esse material traz sugestões de conexão entre as apostilas e os livros didáticos, além do uso de outras estratégias, como laboratórios, tecnologia ou passeios para o estudo do meio, por exemplo."

Segundo Schneider, o material didático feito pela prefeitura "funciona como um roteiro, a partir do qual o professor pode buscar outros materiais, levando em consideração as particularidades de cada realidade, de cada turma".

"Um professor bem orientado pode lançar mão de várias estratégias, ele não está lá simplesmente para reproduzir o material didático", afirmou ele, que é pesquisador do Centro de Economia e Política do Setor Pública da Fundação Getulio Vargas (FGV-SP).

Um ano após a adoção desse modelo, a cidade de São Paulo deu um salto na alfabetização, atingindo 92% dos alunos do primeiro ano em 2018, de acordo com a Prova São Paulo -em 2017, o índice era de 77%. Em 2020, São Paulo foi a capital brasileira que mais avançou no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Nota

SERVIDORA DO TJ É PRESA SOB SUSPEITA DE DESVIAR R$ 2,5 MILHÕES DE CONTAS JUDICIAIS

Uma servidora do Tribunal de Justiça de São Paulo foi presa pela Polícia Civil sob a suspeita de integrar um suposto esquema de desvios recursos de contas judiciais, que devem superar cerca de R$ 2,5 milhões. De acordo com o TJ, a prisão ocorreu dentro de inquérito que apura os crimes de peculato e associação criminosa contra a servidora do Dipo (Departamento de Inquéritos Policiais). A funcionária investigada, Eliana Vita de Oliveira, 53 (nome apurado pela reportagem), está presa preventivamente. A defesa diz que a inocência da servidora será provada no processo). Ao menos outras cinco pessoas, três mulheres e dois homens, também são investigadas sob a suspeita de participarem do esquema. Entre elas estão o marido e uma prima de Eliana. Conforme magistrados e promotores ouvidos pela reportagem, a escrevente tem mais de 30 anos de Judiciário e, nessa condição, teria se aproveitado da confiança conquistada junto a juízes para conseguir agir.

INVERNO: Sol com muitas nuvens, com chuva a qualquer hora. Manhã Tarde Noite 27º 19º 85% 06:23 17:35

VIOLÊNCIA

Família contesta PM após jovem ser morto a tiros no último sábado

Familiares e amigos de Guilherme Lucas Martins Mathias, jovem de 26 anos que foi morto pela polícia militar do Rio de Janeiro no sábado passado, contestam a versão dos agentes sobre o caso e negam a existência de uma arma dentro do carro alvejado.

Disparos feitos pela polícia atingiram três jovens que voltavam de baile funk após aniversário de Guilherme, que completou 26 anos no sábado. Ao chegarem no morro da Coroa, onde moram, os jovens foram surpreendidos com os tiros da polícia, afirmam os sobreviventes.

Vítimas negam versão da polícia de que houve pedido para parar o carro. O motorista e amigo de Guilherme, chamado Matheus Coutinho, afirmou à Record TV que os tiros foram disparados no momento em que ele virou em uma rua. Ele seguiu com o carro até um hospital, onde Guilherme e o irmão de Matheus, ferido na perna, foram atendidos. Ele nega que houvesse qualquer arma no carro.

"Que arma é essa? Todo mundo botou a cara a tapa. Não tinha arma, não tinha droga, não tinha nada. A gente estava voltando do baile, somente", amigo da vítima, Matheus dirigia o carro que foi alvejado

"Só tinha trabalhador no carro", disse o pai do motorista e do jovem ferido na perna. "Você pode ver que eles vieram na delegacia por livre e espontânea vontade. Isso é bandido? Tinha arma? E por que não prenderam ninguém no hospital ou foi ver se não tinha arma?", afirmou o homem também à Record TV.

Corpo de Guilherme foi velado e enterrado ontem. Na segunda-feira, familiares fizeram um protesto no Túnel Santa Bárbara, no centro do Rio.

Polícia diz que foi aberto procedimento interno e que imagens das câmeras corporais serão analisadas. "Os envolvidos na ocorrência prestaram depoimento na 5ªDP. A 1ª Delegacia de Polícia Judiciária Militar (1ª DPJM) acompanha o caso", diz a nota.

OUTRO CASO

A morte de Guilherme Lucas Martins Mathias ocorreu antes da polícia atirar em outro jovem negro no Rio de Janeiro esta semana.

O adolescente Thiago Menezes Flausino, de 13 anos, morreu após ser atingido na Cidade de Deus na noite de domingo.

A família acusa os policiais de execução, e a polícia dá versão de "ataque". "Ele não estava armado, não era traficante. Nossos familiares estão muito abalados com o fato de estarem acusando uma criança de 13 anos de ser envolvido com o tráfico", declarou uma tia do jovem.

A Delegacia de Homicídios investiga o caso. As armas dos policiais foram recolhidas, e uma perícia foi realizada no local, complementa a corporação.

ISRAEL

EUA veem com 'ato terrorista' ataque de colonos a palestinos

Em nova crítica à extrema direita de Israel, os Estados Unidos classificaram de "terrorista" o ataque feito por colonos israelenses na Cisjordânia que resultou na morte de um palestino de 19 anos, em 4 de agosto.

A declaração engrossa a lista de atritos recentes entre os países. As relações diplomáticas estão fragilizadas desde o avanço de uma controversa judicial promovida pelo governo de Binyamin Netanyahu que limita os poderes da Suprema Corte e, segundo críticos, enfraquece a democracia israelense.

O palestino Qusai Jamal Maatan, 19, foi morto a tiros por colonos israelenses nas proximidades da cidade de Ramallah, na Cisjordânia ocupada. Logo após o crime, o escritório do Departamento de Estado dos EUA para o Oriente Médio se referiu ao episódio como um "ataque terrorista de um colono israelense extremista". Na segunda-feira passada, o porta-voz da diplomacia americana, Matthew Miller, reforçou o posicionamento e disse que a escolha das palavras não foi um erro.

"Nosso raciocínio é que se trata de um ataque terrorista, estamos preocupados e, por isso, o designamos dessa forma", disse Miller, acrescentando que a justiça deve ser feita com "a mesma rigidez em todos os casos de violência extremista, independentemente dos autores".

O americano ainda elogiou a prisão de dois israelenses suspeitos de envolvimento no crime. Segundo a imprensa de Israel, um deles foi porta-voz de um parlamentar do Otzma Yehudit, o partido do ministro de extrema direita Itamar Ben Gvir, atual ministro de Segurança Pública do governo de Benjamin Netanyahu.

Cerca de três milhões de palestinos vivem na Cisjordânia, território ocupado por Israel desde 1967. Cerca de 490 mil colonos judeus também vivem em assentamentos considerados ilegais pela ONU, de acordo com o direito internacional.

Antes do incidente, a ONU havia alertado para um aumento significativo nos ataques de colonos contra palestinos ou suas propriedades na Cisjordânia. Segundo a organização, foram registrados cerca de 600 "incidentes" nos primeiros seis meses do ano.

A expansão dos assentamentos foi uma promessa de campanha de Netanyahu, que lidera o governo mais à direita da história de Israel, com a participação de líderes nacionalistas. Aliados do premiê defendem a construção de novas moradias como resposta aos ataques em Jerusalém.

Em junho, a coalizão de Netanyahu anunciou planos para ampliar a ocupação de colonos israelenses na Cisjordânia. Segundo o gabinete, o plano é avançar com mil novas casas no assentamento de Eli, o que potencialmente duplicaria a população no local. A declaração não detalhou o cronograma do projeto nem deixou claro se o número inclui as 500 casas que já estavam programadas para aprovação na próxima semana.

O anúncio de expansão dos assentamentos ocorreu ainda num momento em que o governo Netanyahu enfrenta protestos desencadeados por uma reforma judicial que ameaça a autonomia do Judiciário do país.

A primeira parte do projeto foi aprovada no mês passado. A lei aprovada versa sobre o chamado "padrão de razoabilidade", recurso até então usado por tribunais para invalidar decisões do governo e que impacta, entre outros pontos, a nomeação de ministros.

A Cisjordânia, uma das áreas em que os palestinos querem estabelecer um Estado independente, assiste a crescentes níveis de violência enquanto as negociações de paz patrocinadas pelos Estados Unidos estão paradas há quase dez anos.

EUA

Tempestades matam ao menos 2 e deixam 1,1 milhão sem energia

Tempestades deixaram dois mortos e mais de 1,1 milhão de propriedades sem energia nos Estados Unidos na segunda-feira passada, segundo a agência de notícias Associated Press. De Nova York, na Costa Leste, ao Tennessee, no sul, dez estados emitiram alertas de tornado e pedidos de cautela à população.

As mortes ocorreram na Carolina do Sul e no Alabama. No primeiro, um adolescente de 15 anos ia à casa dos avós após estacionar o carro quando uma árvore caiu sobre ele. No segundo, um homem de 28 anos foi atingido por um raio.

Ambos os estados ficaram temporariamente sem energia, assim como Geórgia, Carolina do Norte, Maryland, Delaware, Nova Jersey, Pensilvânia, Tennessee, Virgínia Ocidental e Virgínia.

Canais locais mostraram que quedas de árvores e de postes danificaram casas e interromperam o trânsito em estradas em vários pontos do país. Em Hockessin, em Delaware, ao menos um domicílio teve o seu telhado arrancado pelo vento, e em Westminster, em Maryland, uma fila inteira de postes foi derrubada.

Funcionários do governo federal foram liberados do trabalho mais cedo para impedir que estivessem na rua quando viesse o pior da tempestade, e alguns pontos do país registraram chuvas de granizo.

As tempestades ainda tiveram um forte impacto sobre o sistema aeroviário. Dados do site de rastreamento FlightAware indicavam que mais de 2.600 voos locais haviam sido cancelados e quase 7.900 adiados até a noite de segunda-feira. A agência federal de aviação dos EUA afirmou que estava reformulando as rotas dos aviões para que eles evitassem as tempestades que se dirigem à Costa Leste.

A situação afetou até mesmo o presidente Joe Biden, que teve que adiar em 90 minutos sua partida para uma viagem de quatro dias aos estados de Arizona, Novo México e Utah.

A Casa Branca ainda cancelou um evento de cibersegurança nas escolas do qual a primeira-dama, Jill Biden, que é professora universitária, participaria ao lado dos secretários de Educação e Segurança Interna. Eles se reuniriam com educadores, gestores de colégios e empresas de educação vinculadas à área de tecnologia.

As tempestades ocorrem em um momento em que os EUA vivenciam fenômenos climáticos extremos em série. No início de julho, precipitações no nordeste do país destruíram estradas, impediram moradores de saírem de suas casas e provocaram interrupções em serviços básicos. Uma chuva particularmente forte na Pensilvânia em meados do mês matou pelo menos cinco pessoas.

Ao mesmo tempo, o país, assim como outras nações do Hemisfério Norte, vem registrando temperaturas altíssimas. Cientistas apontam que a primeira semana de julho foi a mais quente desde 1979, com a temperatura média global batendo recordes consecutivos.

Dados da Organização Meteorológica Mundial (OMM), agência da ONU para questões do clima, indicam que secas, enchentes, deslizamentos de terra, tempestades e incêndios mais do que triplicaram ao longo dos últimos 50 anos em consequência do aquecimento global.

Outro órgão ligado à ONU, o IPCC (Painel Intergovernamental para a Mudança Climática), já afirmou em relatório que hoje é inequívoco que parte dessas mudanças foi causada pela ação humana.

FISICULTURISTA

Vítima de incêndio quase pulou de varanda

O fisiculturista Hugo Sérgio, 30, gritou por socorro e tentou fugir pela varanda do apartamento em que estava durante o incêndio que o matou, em 29 de julho, no Anil, zona oeste do Rio de Janeiro.

Imagens gravadas pelo lado de fora do prédio mostram o fisiculturista gritando por socorro e ameaçando pular da varanda.

No vídeo, é possível ver as chamas na sala, para onde o homem volta e depois não é mais visto. O fogo atingiu o apartamento onde o estudante de educação física morava com a família.

A mulher de Hugo, Larrisa Mello, 27, conseguiu se salvar. A filha do casal, de 6 anos, foi internada em estado grave. A investigação sobre o incêndio no apartamento continua em andamento.

O CASO

O incêndio ocorreu na madrugada do dia 29 de julho. As chamas atingiram o apartamento onde a família morava, que fica no 10º andar de umas das torres do Condomínio Caminhos da Barra. O Corpo de Bombeiros do Quartel da Barra da Tijuca foi acionado por volta das 4h51.

Segundo relatos, ele teria resgatado a filha e a mulher, e voltado para buscar o cachorro da família, mas não conseguiu sair do apartamento. Um vizinho do prédio em frente já havia relatado à TV Globo ter visto Hugo gritar e tentar pular.

Câmeras de segurança do andar, divulgadas pela emissora, mostram Larissa saindo correndo do apartamento e, em seguida, uma fumaça densa tomando o local.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

O Condomínio Conquista Campo Grande, CNPJ 31.956.468/0001-88, torna público que requereu a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDIES**, através do **processo nº EIS - PRO - 2023/07798**, licença ambiental municipal para a Estação de Tratamento de esgoto, situado a Estrada da Posse, nº 1032 - Campo Grande - RJ

REQUERIMENTO DE LICENÇA

New Wave Tech S.A., CNPJ nº 27.383.117/0001-58, torna público que requereu na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2022/01159 a Licença Municipal Prévia e de Instalação - LMPI, para a atividade de construção de edificação de uso comercial, localizado na Estrada dos Bandeirantes, Lote 2 do PAL 42270 –Vargem Pequena/RJ.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

New Wave Tech S.A., CNPJ nº 27.383.117/0001-58, torna público que requereu na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2022/01156 a Licença Municipal Prévia e de Instalação - LMPI, para a atividade de construção de edificação de uso comercial, localizado na Estrada dos Bandeirantes, Lote 1 do PAL 42270 – Vargem Pequena/RJ.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2023

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 23/2023 no dia 21/08/2023 às 10h00min. - Objeto: Aquisição de material médico-hospitalar, **ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPME)**, (ENDOPRÓTESE TORÁCICA HÍBRIDA PARA USO DURANTE CIRURGIA ABERTA, COMPOSTO POR STENT RECOBERTO COM ENXERTO NOS TAMANHOS 25 MM A 40 MMe etc). Processo nº. 33409.000051/2023-01. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

ARES®

ARES AEROESPACIAL E DEFESA S.A
CNPJ 33.966.391/0001-52

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Em atendimento aos preceitos legais, apresentamos o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro. **A Diretoria.**

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12 (Em Reais Mil)

ATIVO	2022	2021
Circulante	**184.739**	**123.316**
Caixa e Equivalente de Caixa	2.333	8.969
Contas a Receber	27.220	48.441
Estoques	35.936	4.780
Adiantamentos a fornecedores	106.575	50.097
Outros ativos circulantes	12.675	11.028
Não Circulante	**70.010**	**70.388**
Imobilizado	10.144	11.150
Intangível	36.315	36.286
Outros ativos não circulantes	22.358	21.694
Empréstimos e Financiamentos	1.193	1.258
TOTAL DO ATIVO	**254.750**	**193.704**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2022**	**2021**
Circulante	**87.268**	**28.631**
Fornecedores	30.089	1.633
Provisões	3.178	2.857
Obrigações Fiscais	429	722
Obrigações Sociais	356	340
Adiantamento de Clientes	53.216	23.079
Não Circulante	**41.311**	**35.702**
Empréstimos e Financiamentos	41.311	35.702
Patrimônio Líquido	**126.171**	**129.371**
Capital Social	181.074	181.074
(-) Lucros/Prejuízos Acumulados	(54.902)	(51.702)
Outros		
TOTAL DO PASSIVO	**254.750**	**193.704**

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

	2022	2021
Ativo Circulante	184.739	123.316
Passivo Circulante	87.268	28.631
	2,12	**4,31**

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA (Em Reais Mil)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro operacional antes dos impostos sobre a renda	(3.865)	9.996
Juros sobre empréstimos	680	75
Depreciação / Amortização	2.371	2.437
Ganho na venda de imobilizado	-	(10)
Lucro Ajustado	**(814)**	**12.497**
Estoque	(31.156)	24.776
Contas a Receber	21.221	(14.018)
Adiantamento a fornecedores	(56.478)	(29.512)
Outros ativos	(1.583)	(639)
Fornecedores	28.793	(30.551)
Obrigações Fiscais	(293)	431
Adiantamento de Clientes	30.137	1.547
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	**(10.172)**	**(35.469)**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(1.393)	(2.239)
Venda de imobilizado	-	42
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(1.393)**	**(2.198)**
Aumento de empréstimos	4.929	29.971
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	**4.929**	**29.971**
(Diminuição) Aumento Líquido nas Disponibilidades	**(6.637)**	**13.626**
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa no Início do Exercício	**8.969**	**16.665**
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa no Final do Exercício	**2.333**	**8.969**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12 (Em Reais Mil)

	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de Janeiro de 2020	**165.846**	**(63.090)**	102.756
Aumento de capital	15.228	-	15.228
Lucro Líquido do Exercício de 2021	-	11.387	11.387
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**181.074**	**(51.702)**	**129.371**
Lucro Líquido do Exercício de 2022	-	(3.201)	(3.201)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**181.074**	**(54.903)**	**126.171**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12 (Em Reais Mil)

	2022	2021
Receita Operacional Líquida	39.932	111.136
Custos das mercadorias vendidas	33.147	87.472
Lucro Bruto	**6.785**	**23.663**
Despesas Operacionais	**11.955**	**10.319**
Pessoal	4.577	4.046
Administrativas	3.539	2.787
Gerais	3.838	3.486
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	52	46
Resultado Financeiro Líquido	**1.253**	**(3.394)**
Despesas Financeiras	(959)	(246)
Receitas Financeiras	698	90
Variação Cambial Líquida	1.514	(3.238)
Lucro no exercício antes do IRPJ e CSLL	**(3.865)**	**9.996**
Provisão para IRPJ/CSLL	664	1.391
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**(3.201)**	**11.387**
Lucro líquido por ações – R$	**(0,09)**	**0,31**

Rafael Campos Cabral - Diretor Financeiro
Ailton Lopes - Contador - CRC - RJ 123.065/O-0